

REQUERIMENTO Nº 128, DE 2015 – CDH

REQUEIRO, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, para debater **Os Desafios da Comunicação Pública e dos Direitos Humanos nas TVs Abertas e por Assinatura e na Banda Larga no Brasil** e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população. Para tanto, requeiro que sejam convidados:

. Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

. Sr. Ricardo Berzoini, Ministro das Comunicações;

. Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL;

. Sr. Paulo Miranda, Presidente da ABCCOM – Associação Brasileira de Canais Comunitários;

. Sr. Nelson Breve, Presidente da EBC – Empresa Brasil de Comunicação;

- . Sr. Jorge Ricardo Bittar – Presidente da Telebras;
- . Sr. Juca Ferreira, Ministro da Cultura; e
- . Sr. Adelmo Leão, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa de Canais e TVs Comunitárias;

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, a comunicação brasileira mudou muito. E vai mudar ainda mais com o apagão analógico e a implantação no país do modelo digital de televisão e com a extensão da banda larga pelos municípios brasileiros. Com o advento desta tecnologia, cada cidade poderá ter em seu território um canal de televisão, o Canal da Cidadania, e dentro dele outros três canais, sendo um e-GOV e dois comunitários. Assim a municipalização da comunicação será uma realidade.

Para completar este quadro, os mais de 280 milhões de telefones móveis no país, mais os milhões de tablets, a comunicação será cada vez mais ágil. Para fortalecer essa outra comunicação, o GT de Desburocratização do Ministério das Comunicações anunciará até novembro uma série de medidas. Além disso, vêm aí um Canal de Cultura e um Canal de Educação no modelo digital. Os dois canais funcionarão 24 horas e vão ficar sob a responsabilidade dos Ministérios da Cultura e da

Educação, que oferecerão ao povo brasileiro uma programação digna e voltada para os direitos humanos.

Uma audiência pública envolvente como esta, vai fortalecer dispositivo da Constituição que prevê a complementaridade da comunicação pública estatal e privada no Brasil, com repercussão imensa para a vida do país. A educação, a cultura, a informação jornalística, a produção nacional audiovisual e os direitos humanos são elementos valiosos para o povo brasileiro. Para manter o Senado Federal na vanguarda destes temas, peço aos Nobres Senadores membros desta comissão a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015.

Senador ***HÉLIO JOSÉ***